AUTONOMIA FEMININA DURANTE O PROCESSO DE GESTAÇÃO E PARTO: A MEDICALIZAÇÃO E DOMINAÇÃO MÉDICA SOBRE O CORPO FEMININO

Lara Carolina Malanowski (PIBIC/FA): malanowski.larac@gmail.com, Rosilea Clara Werner (Orientadora): rosileawerner@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Serviço Social

Ciências Sociais Aplicadas e Serviço Social.

Palavras-chave: Violência obstétrica, ciclo gravídico-puerperal, emancipação feminina.

Resumo

A pesquisa em questão se propôs a analisar a relação existente entre a autonomia feminina durante o processo de gestação e parto e sua medicalização, com enfoque na relação de gênero e poder, na perspectiva da violência obstétrica e do parto humanizado. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa em duas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO). A partir do conhecimento gerado, pretende-se contribuir para ações que estimulem o exercício da cidadania feminina nos processos decisórios que envolvem as questões da saúde reprodutiva, preservando e garantindo a autonomia das mulheres na experiência do parto como um direito intransferível. Conclui-se que há uma relação intrínseca entre a dominação médica e a autonomia feminina no processo de medicalização do parto, reiterando-se para a busca da emancipação feminina e do patriarcado.

Introdução

Um dos desafios inerentes ao Serviço Social, consiste na produção de conhecimento com finalidade de superar a visão imediata dos fatos e do aparente, a partir de um questionamento da realidade, desvendando as demandas sociais na sua complexidade. A inserção desta/e profissional na política da saúde reprodutiva, aqui retratado através do processo gravídico-puerperal[1], mostra-se de extrema necessidade, visto que o parto é uma vivência feminina circundada de questões sócio-culturais, emocionais e psíquicas.

Ao longo dos tempos, a sociedade criou uma imagem da “natureza feminina” correspondente à maternidade e a reprodução, sendo o corpo feminino potencialmente defeituoso, necessário de correções a partir de normas e regras sociais. Consequentemente, o parto também sofreu com essa visão misógina acerca da mulher. O processo de parir foi regulado, modificado e apropriado por pessoas além da própria mulher grávida, a partir da inserção do saber/poder da medicina e da figura masculina, com o desenvolvimento do capitalismo e da tecnologia/ciência. Devido a relação intrínseca entre a medicalização do parto e a significação de gênero[2] criada pela sociedade, a opressão sob o corpo feminino será retratada pelas

[1] O termo ciclo gravídico-puerperal é designado para se referir a todo o período de gestação, pré-natal, trabalho de parto, parto e pós-parto.

[2] Gênero é entendido e trazido neste Trabalho como uma ferramenta de opressão, um sistema de valores construído socialmente e culturalmente que estipula o que é ser homem e ser mulher. Nesse

entrelinhas de todo o processo de pesquisa, sendo extremamente necessária sua compreensão para analisar a realidade da medicalização do parto em sua totalidade. O corpo feminino, que é falado, invadido, investigado e (re)significado por múltiplas áreas do conhecimento, teve sua representação construída histórica, cultural e socialmente, sendo medicalizado de diversas formas, culminando na medicalização do parto.

O Projeto de Iniciação Científica - PIBIC , vinculado ao Projeto de Pesquisa "Representações femininas sobre morbidade materna e infantil em decorrência da assistência ao parto e nascimento em Ponta Grossa/PR", do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, teve como objetivo analisar a autonomia da mulher durante o processo de gestação e parto, a partir do desenvolvimento de uma revisão integrativa, que permite uma aproximação da problemática que deseja investigar, a fim de compreender a evolução temporal da temática e, posteriormente, abordar diferentes oportunidades de pesquisas. (BOTELHO et al, 2011).

Material e Métodos

Realizou-se pesquisa exploratória de caráter qualitativo, com utilização do método dialético. Os estudos exploratórios contribuem para uma maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou a formular hipóteses. (GIL, 1991). O caráter qualitativo permite o aprofundamento de significados, interpretações da realidade e investigações dos sujeitos e suas histórias de vida, ou seja, a abordagem qualitativa pressupõe uma relação dinâmica, uma interdependência e um vínculo entre o objetivo (mundo real) e o subjetivo (sujeito). (CHIZZOTTI, 2001, p. 79). O método dialético condiz com uma reflexão crítica e totalizante sobre os fatos pré-existentes da realidade estudada, de maneira que esses conceitos sejam incorporados ou superados criticamente pela/o pesquisadora/o. Busca analisar a essência do fenômeno em uma perspectiva de totalidade e não em sua aparência, mas sim em sua essência. (LIMA; MIOTO, 2007, p.39).

Também utilizou-se de pesquisa bibliográfica, visto que a mesma é realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que baseiam a análise futura dos dados coletados, permitindo então uma maior coleta de informações e utilização dos dados, contribuindo para a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas, a partir da construção e definição do conceito que envolve o objeto de estudo proposto. (GIL, 1994). A partir das revisões bibliográficas, realizou-se uma revisão integrativa, metodologia a qual sintetiza o conhecimento adquirido durante revisões acerca da temática pesquisada, obtendo um profundo entendimento de certo fenômeno, a partir de estudos anteriores. Interessante notar que a revisão integrativa é frequentemente utilizada na área de saúde, pois configura-se em um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE), instrumento que possibilita ao profissional de saúde o desenvolvimento de conhecimento científico a partir de pesquisas ou aplicação dos resultados encontrados na revisão, tendo rigor criterioso e consciente, com finalidade de buscar a melhor evidência disponível. (GALVÃO et al, 2002). Sendo assim, percebeu-se que seria inovador utilizar a revisão integrativa como metodologia da área de Serviço Social, visto que a temática deste trabalho também perpassa a área da

sistema de gênero, a mulher é significada com aspectos que contribuem para submissão feminina, enquanto os homens, são socializados de maneira que sejam opressores.

ISSN 1676-0093

saúde. O levantamento bibliográfico da revisão integrativa foi realizado por meio das bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO) para o levantamento dos artigos na literatura.

Resultados e Discussão

Foram utilizados, para busca dos artigos, a combinação de descritores: “medicalização e parto”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos dados foram: disponível, Brasil, português, ano de 2010 a 2018 e formato artigo. A amostra final desta revisão foi constituída por 12 artigos científicos, conforme critérios de inclusão previamente estabelecidos. Sendo que destes, quatro se repetiam em ambas as bases de dados. Debate-se que os artigos estudados na revisão integrativa confirmam a relação entre a medicalização do parto e a retirada da autonomia feminina, visto que a medicalização coloca a mulher em situação de paciente, resumida à uma máquina e à vontade do profissional médico. Dentre os 12 artigos, oito deles trazem a relação entre a perda da autonomia feminina e a medicalização do parto, pois a descrença na fisiologia feminina, com um parto medicalizado, traz a sensação de incapacidade da mulher perante uma ação muscular involuntária, transpondo-a à figura médica. Quatro artigos abordam a importância da preservação da autonomia feminina, para que a mulher seja protagonista do próprio parto e o profissional, mediador do processo.

Analisando os 12 artigos, oito deles trazem em seu texto, de forma direta ou indireta, a relação da figura médica no parto, através da medicalização como resultado da apropriação do saber/poder médico do corpo feminino, a imposição, dominação ou autoridade médica para a realização de intervenções sem explicações científicas, a transformação de vivências humanas em situações médicas; a figura médica sendo responsável pelas normas acerca do corpo feminino. Em relação à hospitalização do parto, cinco artigos trazem a medicalização como seu reflexo, pois com a institucionalização do parto, aumentou-se o poder do médico e reduziu-se o protagonismo da mulher, também resultado do desenvolvimento da ciência e da tecnologia na medicina, fato esse trazido por seis artigos. Sendo assim, percebeu-se que os principais fatores relacionados à medicalização do parto e autonomia feminina, dizem respeito à hospitalização do parto, a partir do desenvolvimento da tecnologia e da ciência, centralizando a atenção obstétrica na figura médica, retirando a autonomia feminina em uma ação fisiológica feminina, que é parir.

Conclusão/ões

Percebe-se a urgência do debate acerca da autonomia feminina no parto. Os artigos estudados mostraram que a autonomia feminina tem relação intrínseca com a hospitalização e inserção do profissional médico no parto. A autonomia é retirada no processo de medicalização do parto, pois a mulher não tem o exercício livre de sua liberdade e escolhas em um parto medicalizado, que é acompanhado do modelo tecnocrático-hospitalar e do saber/poder da medicina, que vê o corpo feminino como objeto de estudo, não considerando as especificidades, crenças e estilos de vida da parturiente. Concluiu-se que a autonomia feminina em um parto medicalizado deve ser compreendida em uma perspectiva de totalidade, analisando o contexto de opressão feminina e papéis de gênero impostos socialmente, que estão circunscritos nesse fenômeno. Cabe então ao Serviço Social a análise crítica, propondo a formulação de

ISSN 1676-0093

políticas públicas que visem a redução de procedimentos de medicalização desnecessários e/ou invasivos, em uma perspectiva de proteção e garantia dos direitos das mulheres, visando à emancipação feminina e superação de qualquer forma de opressão.

Agradecimentos

Em agradecimento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo incentivo e pelo apoio para o desenvolvimento da pesquisa, em especial a Fundação Araucária pelo financiamento da pesquisa, que proporcionou a dedicação exclusiva ao projeto; à Universidade Estadual de Ponta Grossa e ao Departamento de Serviço Social por proporcionar a vivência em pesquisa e pelo crescimento gerado através da experiência e conhecimento adquiridos ao longo do projeto; ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos pelos estudos e contribuições através do grupo de estudos que fundamentou a pesquisa; e, por fim, à Professora Dra. Rosiléa Clara Werner, pelo convite para participação da pesquisa, pelo incentivo e apoio, pelas orientações e sua dedicação.

Referências

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. **O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**. Gestão e sociedade: Belo Horizonte, volume 5, número 11. Disponivel em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 18 jul. 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas**. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRELLO, A. T.; CARRARO, T. E.; BERNARDI, M. C. **Cuidado e conforto no parto: estudos na enfermagem brasileira**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 173-184, 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5093/4474>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GALVÃO, C.M; SAWADA, N.O; ROSSI, L.A. **A prática baseada em evidências: considerações teóricas para sua implementação na enfermagem perioperatória.** Rev Latinoam Enferm. 2002. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n5/v10n5a10.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. M. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál., v. 10, n. esp., Florianópolis, 2007, p. 37-45.